



### DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXAS EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- Historicamente, menor desmatamento da Amazônia brasileira, com desmatamento zero durante o período de referência para REDD+ no Brasil (1996-2005) – baixa prioridade do governo federal e dos doadores internacionais para investimentos em REDD+ devido ao status de alta cobertura florestal e baixas taxas de desmatamento (AFBT)
- 73% (cerca de 10 milhões de hectares) do estado sob proteção (Unidades de Conservação [UCs] ou Territórios Indígenas – todos demarcados)
- Aumento da produção de soja no bioma do Cerrado (7% do território do estado): aumento de 200% na área plantada com soja entre 2013 e 2016 (cerca de 150 km<sup>2</sup> em 2016); projeções sugerem que a área de soja poderia alcançar 4.000 km<sup>2</sup> em 2026
- Pressão historicamente baixa sobre as florestas cria oportunidades para desenvolvimento do setor florestal (por exemplo, exploração sustentada de madeira e produção extrativista)

#### MOTORES DE DESMATAMENTO

- Extração ilegal de madeira
- Pecuária de grande escala
- Agricultura em pequena escala
- Agricultura em grande escala
- Mineração industrial legal
- Mineração artesanal legal
- Novos assentamentos

#### MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO

1,39 Mt CO<sub>2</sub> (2010-2015)  
Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira

ÁREA 142.829 km<sup>2</sup>

POPULAÇÃO 819.462 (2018)

IDH 70,80 (2010)

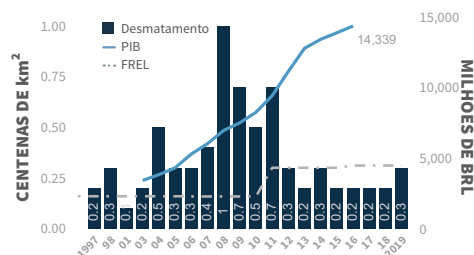
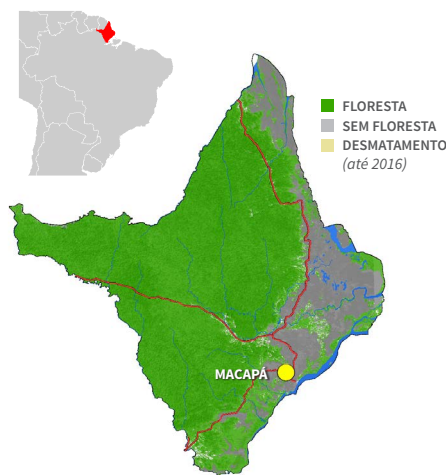
PIB US\$ 3,80 bilhões (2015, Ano base 2010)

GINI 0,457 (2015)

#### PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Serviços públicos
- Comércio
- Serviços

POPULAÇÃO RURAL/URBANA 13%/ 87%

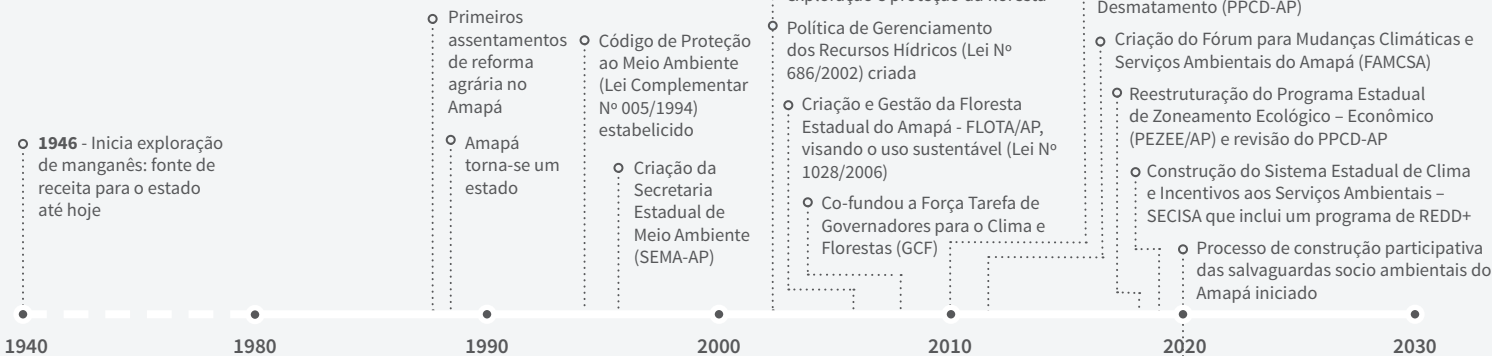


### DESTAQUE EM INOVAÇÃO

A **Zona Franca Verde - ZFV do Amapá**, criada em 2015 pelo Governo Federal, é uma zona industrial de 8.162 km<sup>2</sup> com isenção de impostos para indústrias que abastecem os mercados nacional e internacional com produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Localizada próximo ao porto de Santana, centro de exportação, a iniciativa visa estimular a produção e o beneficiamento de produtos florestais e cadeias de valor que apoiem a conservação da biodiversidade e a subsistência local. Duas indústrias atuam atualmente no ZFV: uma de ração animal à base de açaí e buriti e outra de sorvetes à base de frutas nativas da Amazônia. As empresas na ZFV

podem receber a certificação Selo Verde. A expectativa é que mais indústrias mudem sua produção para a ZFV, estimulando a economia local. Outros benefícios incluem atração de investimentos externos, criação de empregos e crescimento econômico, inclusive no setor agrícola. A expectativa de expansão do porto de Santana aumentará a capacidade de exportação de produtos. A ZFV é administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), órgão federal; o estado não está envolvido na gestão, mas determina como adaptar a zona às condições do estado.

### LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



### COMPROMISSOS

1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. 2 Contribuir para o objetivo nacional: reduzir as emissões 37% abaixo dos níveis de 2005. 3 Contribuir à meta nacional de restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas

◆ Parte de acordo internacional

SUBNACIONAL

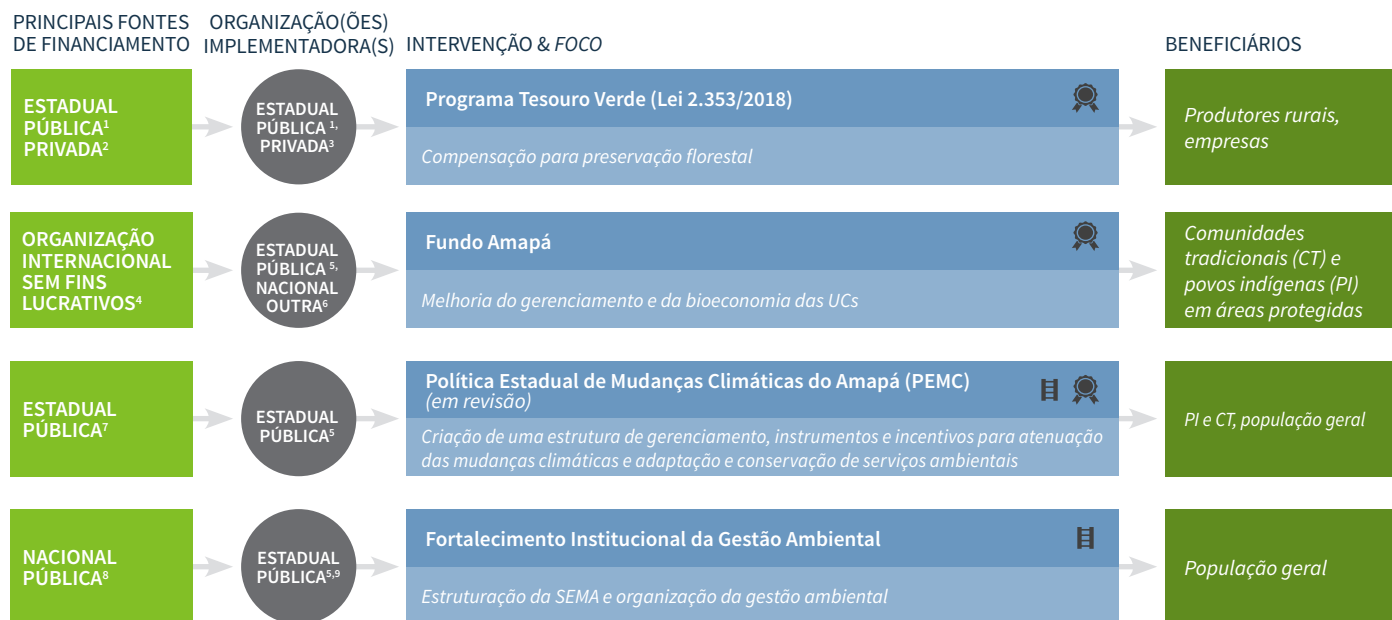
Declaração de Rio Branco<sup>1</sup> ◆

NÍVEL NACIONAL

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) a UNFCCC<sup>2</sup> ◆

Desafio de Bonn<sup>3</sup> ◆

# INTERVENÇÕES-CHAVE



1 Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). 2 Investidores privados. 3 BMTCA Ativos Ambientais S/A responsável pela plataforma Tesouro Verde. 4 Conservação Internacional (Global Conservation Fund). 5 Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). 6 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). 7 Tesouro estadual do Amapá. 8 Recurso da Petrobras/Lavajato. 9 Defesa Civil

## PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL

○ INCIPIENTE   ● INTERMEDIÁRIO   ● AVANÇADO

<b>Estratégia integrada de DRBE</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia Jurisdicional de DRBE em desenvolvimento com financiamento do PNUD-Noruega, conduzido pela Coordenadoria para Mudança Climática da SEMA; criação do SECISA</li> <li>PPCD-AP (em atualização) visa consolidar instrumentos de planejamento territorial e posse da terra, fortalecendo o monitoramento ambiental, vigilância e produção sustentável</li> </ul>
<b>Plano espacial</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de plano espacial integrado para o estado</li> <li>Iniciativas de zoneamento para a região de Cerrado e para o Sul do Amapá não implementadas devido a metodologia inadequada (falta de um processo de planejamento participativo e transparente, reconhecimento de terras de CT, inventários suficientes etc.)</li> <li>Implementação do Código Florestal ainda em fase estabelecimento de normativas que não existiam</li> </ul>
<b>Metas de desempenho</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>Objetivos do PPCD-AP não são quantitativos e não refletem os objetivos da DRB</li> </ul>
<b>Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de um sistema MRV em nível estadual</li> <li>A SEMA-AP processa os dados de desmatamento do PRODES, usando imagens do Landsat e classificação manual; publicado a cada 2 anos, pesada cobertura de nuvens impede monitoramento abrangente</li> <li>Termo de cooperação técnica com Censipam permitirá o uso de imagens de radar, possibilitando melhor monitoramento do território</li> </ul>
<b>Políticas e incentivos</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Programa Tesouro Verde (em estágio inicial) registra e opera créditos florestais em áreas públicas e particulares via plataforma online</li> <li>Política Florestal desatualizada, atrasando o processo de estabelecimento de um sistema de concessões para monitoramento florestal</li> </ul>
<b>Governança multi-atores</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAMCSA conta com 45 membros (principalmente governamentais); revisão do formato e composição do Fórum está em curso e visa aumentar a participação da sociedade civil em processos de tomada de decisões</li> <li>Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) inclui 25 organizações dos governos estadual e federal e ONGs, discute e aprova leis estaduais de proteção ambiental; pouca transparência nas reuniões e decisões</li> </ul>
<b>Agricultura sustentável</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão da soja desde 2014 tem aumentado a tensão entre CT e fazendeiros (definição de posse de terra pouco clara e conflituosa)</li> <li>Cerca de 2,5 milhões de reais para apoiar a produção sustentável disponíveis (2014-2015) pela linha de crédito para Agricultura de Baixas Emissões (ABC), para apoiar a adoção das melhores práticas definidas para produção rural</li> <li>Concessões florestais em expansão, com uma área em operação e possibilidade de ampliação (editais para FLOTA e FLONA)</li> </ul>
<b>Povos indígenas e comunidades locais</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Extraordinária dos PI busca apoiar os PI e organizações relacionadas com o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, especialmente para saúde e educação; influência, no entanto, é limitada</li> <li>Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ-AP) participa ativamente em fóruns de discussões de políticas públicas, incluindo FAMCSA</li> </ul>
<b>Financiamento do DRBE</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Fundo Amapá apoia produção sustentável, conservação e manejo em UCs e vai beneficiar CT; sem desembolsos até o momento</li> <li>Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente (FERMA) apoia implementação de monitoramento, controle, vigilância, proteção e recuperação de recursos naturais; baixa transparência na distribuição dos recursos</li> </ul>

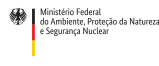
CITA | A.C. Crisostomo, O. David, M. de los Rios, C. Stickler, A.E. Duchelle, M. Cromberg. 2020. "Amapá, Brasil" in C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado de Sustentabilidade Jurisdicional*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETES E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM [www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability](http://www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability) 2020/12/21

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

### DESAFIOS

- Desenvolvimento de setores danosos ao ambiente (por exemplo, mineração, infraestrutura, agricultura), vistos como chave para a estabilidade econômica
- Investimento de US\$ 2 bilhões pelo BNDES no desenvolvimento de infraestrutura ameaça PI e APs, se não forem complementadas por investimentos em sustentabilidade
- A expansão do Porto de Santana conectando o Amapá aos mercados europeus pode expandir a pressão pela produção de commodities no Cerrado
- A baixa memória institucional entre administrações e a alta rotatividade impede a continuidade de políticas públicas
- Autoridade limitada do governo estadual, uma vez que a maioria dos recursos da terra pertence legalmente ao governo federal

### OPORTUNIDADES

- Concessões florestais e Manejo florestal comunitario deverão abastecer o mercado de madeira legal, diminuindo a exploração ilegal e sem critérios
- Fundo Amapá financiará gestão estatal em APs e estimulo ao desenvolvimento da bioeconomia
- O Programa Tesouro Verde pode financiar iniciativas DRBE, aumentar a recuperação e proteção florestal em áreas privadas e UCs
- A base cartográfica em desenvolvimento pelo Exército Brasileiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) pode alimentar um sistema jurisdicional de monitoramento e planejamento espacial
- Com a implementação bem-sucedida da PEMC, o Amapá pode servir como modelo para DRBE em jurisdições AFBT